

## O DESCORTINAR DA DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO SEXUAL: VIVÊNCIAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FEIRA DE SANTANA-BA

Débora Araújo Leal; Delvanês Araújo Leal.

*Pedagoga na Universidade Estadual de Feira de Santana- BA e Professora da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana-BA; [delleal8@hotmail.com](mailto:delleal8@hotmail.com); Professora da Rede Municipal de Ensino de Santo Estevão e Ipecaetá-BA; [uefs29@hotmail.com](mailto:uefs29@hotmail.com).*

### Resumo

Este estudo é um recorte do trabalho de conclusão de curso da Especialização em Educação Especial realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana. As discussões relativas à educação sexual e a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nos espaços escolares, surgiram no início do século XX, e somente na década de 1980 tornaram-se urgentes devido às mudanças ocorridas na sociedade como as altas taxas de gravidez na adolescência e o aumento do número de casos com HIV. Vários autores têm defendido que toda pessoa com necessidades educativas especiais é íntegra na sua sexualidade. Isto é, independentemente das possíveis limitações e complicações, ninguém se torna assexuado em função de uma deficiência física, sensorial ou mental. Objetivou-se sob a ótica das educadoras de uma escola pública de Feira de Santana-BA como o tema deficiência e educação sexual vem sendo incorporado nas práticas pedagógicas. Estudo de natureza qualitativa que utilizou o questionário e a entrevista semi estruturada. O material empírico obtido foi analisado segundo a Técnica de Análise de Conteúdo, modalidade temática, que culminou nos seguintes temas: “O olhar das educadoras: o discurso oficial versus cotidiano pedagógico”; A dialogicidade entre valores e práticas profissionais”; A (dis) função escola/família no fazer pedagógico”;. O estudo evidenciou que há um comprometimento por parte das educadoras no que tange o tratamento da educação sexual e deficiência, porém a família precisa ser mais integrada nesse processo. Sugere-se investimento em estratégias que possibilitem um entrosamento entre família/aluno/escola/educador, fortalecendo o potencial gerador de formação/informação, consolidando-se de fato em uma proposta operacional.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Educação Especial, Inclusão.

### Introdução

O tema deficiência vem ganhando visibilidade no cenário nacional observam-se, na contemporaneidade, grandes avanços nas discussões relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiência. Esses avanços objetivam tanto na criação de uma legislação voltada à garantia dos direitos sociais desta população, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como pela Convenção Internacional pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e pela criação de programas de reabilitação e de inclusão social na educação, saúde e mercado de trabalho.

Percebe-se, que nas últimas décadas a criança, os adolescentes e os jovens têm um lugar relevante no contexto da políticas públicas, especialmente relacionadas à educação sexual. A preocupação com a temática da sexualidade fez com que organismos oficiais, tais como o

Ministério da Educação e da Cultura (MEC) passassem a estimular projetos de orientação sexual nas escolas culminando no ano de 1997, na inclusão da temática como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Não há especificamente nos documentos oficiais a união sexualidade e deficiência, mas espera-se que as escolas juntamente com seu corpo docente dêem maior atenção ao tema, e estabeleçam estratégias que promovam e legitimem sua inclusão curricular. No entanto este processo tem aflorado a discussão sobre o que se espera do educador, quais ferramentas pedagógicas dispõem para propiciar sua reflexão e desempenhar com segurança a sua prática.

É preciso considerar que os educadores também sofreram com os tabus, sem contar a solidão e a culpa das descobertas sexuais. Sexo, durante muito tempo, era uma conversa proibida e por esse motivo, muitos educadores ainda encontram dificuldades em abordar o assunto (Gherpelli, 1995). Entende-se que não basta o professor falar sobre sexualidade. Faz-se necessário modificar sua cultura sexual e prepará-lo para identificar as necessidades dos discentes, sobretudo dos alunos com deficiência, é preciso saber que uma lesão medular seja ela congênita ou adquirida não o priva de uma educação sexual pautada em princípios e identidades construídas nos espaços sociais. Portanto o educador precisa fazer o diagnóstico da situação, definir os objetivos, identificar os resultados esperados e traçar uma estratégia de intervenção.

Nesta perspectiva, houve um envolvimento e comprometimento das professoras de todas as disciplinas da escola pública de Feira de Santana - BA na participação desta pesquisa há que se considerar que no cenário brasileiro a inserção desta temática nos conteúdos curriculares ainda não se apresenta de forma legitimada. A problemática desta pesquisa situa-se em: De que maneira as docentes de uma escola pública de Feira de Santana - BA concebem e incorporam na prática pedagógica a educação sexual de discentes com deficiência? A Educação Sexual, apesar de estar contemplada nos PCNs como parte integrante dos temas transversais, parece ainda não encontrar uma efetiva concretização no espaço escolar. Isto não nega a existência de uma educação sexual informal, que ocorre nas salas e corredores escolares. Entretanto, não podemos desconsiderar o avanço que as propostas dos PCNs trazem com o arrefecimento de idéias “biologizantes” e moralistas, dando espaço à compreensão da sexualidade como fenômeno complexo e de uma educação sexual não diretiva, coletiva, sem caráter psicoterapêutico ou de aconselhamento, que tem como principais eixos de discussão o corpo, as relações de gênero e a prevenção de DST/AIDS (Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Observa-se no âmbito educacional que as terminologias vêm mudando à medida que há um aprofundamento teórico. Neste estudo usaremos o termo pessoas com Necessidades Educativas Especiais, considerando que desde a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), esta terminologia, veio substituir Portador de Necessidade Educativas Especiais anteriormente utilizado em educação para designar a pessoa com deficiência. Porém, este novo termo não se refere apenas à pessoa com deficiência, pois engloba toda e qualquer necessidade considerada atípica e que demande algum tipo de abordagem específica por parte das instituições, seja de ordem comportamental, seja social, física, emocional ou familiar.

Embora as classificações e as terminologias sejam criadas para facilitar o trabalho educacional e de certa forma, dinamizar os procedimentos sabemos que podem também, gerar conseqüências negativas quando são utilizadas para rotular, discriminar ou até mesmo disseminar idéias preconceituosas e pejorativas em relação aos indivíduos que delas fazem parte. Sabemos que as palavras não são neutras ou imparciais. É importante reafirmar que as ‘necessidades especiais’, não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas sim às exigências de ampla acessibilidade que realmente possa oportunizar condições de independência e autonomia desses indivíduos.

No tocante à Educação Sexual das pessoas com NEE (Necessidades Educativas Especiais), os Parâmetros tecem uma rápida consideração, abrindo exceção à possibilidade de intervenção individual e afirmando que discentes com NEE, podem eventualmente ter dificuldades de comunicação e de expressão da sexualidade e, por isso, exigir formas diferenciadas de orientação na escola, nos conteúdos e estratégias de abordagem. Dada à expressão singular da sexualidade em cada indivíduo, também as pessoas com NEE merecem atenção diferenciada na escola, devendo ser acionadas assessorias de profissionais especializados se necessário. (Brasil, 1997) A Educação Sexual, pautada nos PCNs, para as pessoas com NEE, fica limitada à clientela que tem possibilidade de frequentar salas regulares de ensino, e que, portanto, não possui comprometimentos cognitivos graves e cujo ajustamento social é adequado a esse tipo de intervenção.

Não há, portanto, no PCN, menção sobre o trabalho em classes especiais, assim como há uma ausência de direcionamentos com relação à prática do professor para lidar com a realidade desses alunos. A assessoria de profissionais especializados para prestarem orientação aos professores e discentes NEE parece ser imprescindível. A temática apresentada nesta pesquisa sobre educação sexual e inclusão caracteriza-se pela complexidade em vista do referencial sócio histórico e cultural em que se qualifica a sexualidade dos educandos com necessidades educativas especiais.

Assim, adquirir conhecimentos sobre a educação sexual e deficiência foi o ponto de partida para a realização deste estudo.

Nesta direção Costa (2002), aponta que deva haver uma formação que conduza a reflexões sobre a relação entre a sexualidade e a escola, pois ela educa sexualmente, independentemente de ser de maneira clara e sistematizada, sem intencionalidade e verdadeiramente assumida. Suas normas, currículos, conhecimentos e as posturas dos sujeitos que convivem em seu interior, podem ser encarados como metodologia dessa educação. Toda essa problemática se deve ao fato de que a deficiência física traz sérias consequências no âmbito socioeconômico, emocional e físico. Entretanto, apesar de existirem essas alterações, a atitude do educador ao trabalhar a temática sexualidade em sala de aula precisa observar as diferenças e as concepções de belezas corporais impostas pela sociedade, para que não venha reforçar a exclusão ao invés de promover a inclusão.

## **Metodologia**

Para a realização da pesquisa de campo efetuaram-se alguns contatos previamente com a direção e as professoras da escola as quais se disponibilizaram a participar da pesquisa, a recepção foi bastante calorosa, foi agendado com as educadoras o dia das entrevistas e a entrega dos questionários. O questionário foi respondido por dez educadoras e a entrevista foi realizada com cinco, observando a disponibilidade de dia e horários de cada participante da pesquisa, ao representar a fala das educadoras utilizou-se as letras do alfabeto a fim de se preservar o anonimato das respondentes.

Para análise dos dados empíricos, obtidos por meio do questionário e da entrevista optou-se pela utilização da Técnica de Análise de Conteúdo, modalidade temática proposta por Bardin (2004), pois permite explorar o campo das comunicações e suas significações, ou seja, descobrir elementos que estão por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências daquilo que está sendo comunicado (Gomes, 2001).

Por meio do emprego da análise de conteúdo é possível extrapolar a abrangência descritiva do conteúdo das mensagens no campo das comunicações e se atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda dos significados manifestos Minayo, (2004). Conforme aponta Bardin (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens e indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.

Pode se dizer que a análise temática (Bardin, 2004), compreende três etapas básicas que permitem melhor explorar e organizar os dados, composta por pré-análise; “Exploração do material”, nesta etapa elencamos as unidades temáticas, a saber: Unidade Temática I- O olhar das educadoras: o discurso oficial versus cotidiano pedagógico. Unidade Temática II- A dialogicidade entre valores e práticas profissionais. Unidade Temática II- A (dis) função escola/família no fazer pedagógico e na terceira etapa elaboramos o tratamento e interpretação dos resultados. Segundo Gomes (2001, p.76), essa etapa corresponde à tentativa de “desvendar o conteúdo subjacente ao que está manifesto”, buscando a adaptação das ideologias, tendências e outras determinações, características dos fenômenos estudados, no caso, o envolvimento dos atores na inserção da educação sexual dos discentes com deficiência enquanto tema na escola.

## **Resultados e Discussão**

As discussões nas unidades temáticas abordam os aspectos relacionados ao compromisso e envolvimento das educadoras na inclusão da educação sexual enquanto tema transversal, no tocante ao trabalho com o tema deficiência, identificando quais dispositivos organizacionais e operacionais incentivam a discussão pedagógica interna.

“... É preciso lembrar que os alunos com deficiência têm sentimentos, sexualidade como qualquer outro, nós também temos que trabalhar a diversidade sexual respeitando a diferença de cada um...” (Professora A).

Evidencia-se nos discursos das educadoras entrevistadas que tem sido feito por parte da Secretaria Municipal de Educação em capacitar os professores no sentido de promover a inclusão dos discentes com deficiência na escola como também na abordagem do tema Educação Sexual no âmbito escolar.

“... Temos uma formação continuada desses parâmetros desde 2000... 2001 até hoje tivemos a oportunidade de estudar, de compreender melhor essa história de sexualidade e todos os temas transversais relacionados à saúde, até por que entra como tema transversal...”. (Professora A).

Nota-se que há um comprometimento por parte de alguns educadores no que tange a busca da transformação por meio do conhecimento. A importância da capacitação encontra-se na possibilidade de acesso a informações e conhecimento dando condições plenas para o exercício de determinada função.

“Os cursos são importantes, acredito que os temas relacionados ao sexo e sexualidade devem ser abordados na escola independente da turma ser de crianças especiais ou consideradas normais” (Professora B).

“... É importante que as questões relacionadas à sexualidade sejam abordadas na escola, pois também complementam o desenvolvimento do sujeito nas suas dimensões sexuais e biopsicossociais...” (Professora C).

Nesse processo, Freire (1996), destaca a importância de trabalhar as habilidades básicas e específicas, ou seja, além de apreender conhecimentos, a pessoa deverá ser estimulada a exercitar suas competências básicas, que trata da comunicação, relacionamentos interpessoais e sua capacidade de participar do trabalho em equipe. Todavia, para que ocorra essa transformação os professores devem ser estimulados a se prepararem cientificamente e tecnicamente para as questões que estão sendo levantadas pelos alunos e pela sociedade real na qual eles se inserem.

“... Trabalhamos com o projeto didático chamado Sexualidade Comparada no 5º Ano, a partir deste projeto trabalhamos com os temas transversais, é desafiante porque cada ano se tem na escola uma clientela diferente que precisa ser inclusa, para este projeto sempre chamamos profissionais da saúde para integrar a nossa proposta.” (Professora B).

Nos depoimentos em análise, observamos disposição em desenhar localmente o plano pedagógico. Os PCN's reforçam que a orientação sexual, constitui um processo formal e sistematizado, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. Cada escola precisa formular seu projeto educacional, compartilhado por toda equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade de todos os educadores.

Portanto, reconhecemos que esses princípios determinarão desde a posição da escola frente às questões relacionadas à sexualidade e até a escolha de conteúdos e metodologias trabalhadas com os discentes. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo trabalho. Neste sentido, percebe-se na fala das docentes a ênfase que se dá ao “planejamento pedagógico e a formação continuada” ao serem indagadas quanto ao modo como os conteúdos relativos à orientação sexual vem sendo abordados, observamos que a transversalidade permeia entre o fazer pedagógico da escola e a inclusão de discentes com deficiência se constitui num aspecto positivo na escola.

Porem observa-se que nos discursos a “educação sexual” encontra-se contemplada nas diversas áreas do conhecimento por outro, ainda preserva-se direcionamento quanto ao campo disciplinar de inserção. Pode-se destacar que a área de Ciências Naturais ainda é privilegiada Almeida (2009), aponta que a competência científica não é a qualidade essencial para os que vão trabalhar com a educação sexual, a temática também não deve obrigatoriamente ficar sob a responsabilidade dos educadores de ciências ou biologia, pois outras disciplinas são indispensáveis

para o estudo da sexualidade. As recomendações, contidas nos PCN's poderão assumir diferentes amplitudes e contornos a partir da interpretação dada a elas.

Para um bom trabalho de educação sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professores. Os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se referam à intimidade do educador. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo, elevação da auto-estima e, portanto, melhores condições de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual (BRASIL, 2001, p. 123 – 124).

Segundo Braga (2006), a educação sexual nas escolas é mais um preceito da pedagogia de prevenção, objetivando que os/as docentes aprendam a se proteger do sexo, da própria sexualidade, de doenças sexualidade, de doenças sexualmente transmissíveis e de uma possível gravidez na adolescência. Quando ocorre a disseminação desse discurso de proteção sexual nas salas de aulas, todo o saber sobre sexo que vier a existir oferecerá possibilidades de argumentação para a concretização de um modelo de educação sexual que visa à prevenção assim como a normatizar e higienizar a sexualidade.

Para a autora, esta temática deve ultrapassar o limite da informação preventiva e caracterizar a produção de um saber sobre a sexualidade, contando com a participação de todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, é necessário que se tenha um envolvimento recíproco dos educadores, de outros organismos de controle e orientação, assim como dos atores que conduzem esse processo, porém os discursos retratam que ainda persiste uma diferença de percepção no que tange a responsabilidade, envolvimento e condição do debate sobre a temática. Apesar dos projetos de formação continuada, alguns professores, sentem-se inseguros em abordar as questões relativas à orientação sexual, configurando-se em heterogeneidade de condutas e atitudes.

“Eu comecei a trabalhar com o projeto de sexualidade este ano tenho um pouco de dificuldade ao abordar o tema, os alunos são muitos curiosos eles perguntam de tudo, e o professor precisa estar preparado, na verdade nunca pensei em trabalhar com uma cadeirante, mas eu trato a questão da auto estima que é muito importante às vezes o conteúdo é o mesmo que passamos para os que não são deficientes e os que são, mas a metodologia e as adaptações feitas fazem toda diferença”. (Professora D).

Não obstante às capacitações encontram-se presentes ainda tabus enquanto conteúdo intrínseco a temática da sexualidade; a falta de preparo técnico emocional dos professores aliada a própria condição subjetiva dos mesmos que pode se tornar um impeditivo no momento realizar um debate sobre a sexualidade com os discentes.

Ressalta-se que as transformações individuais precisam ser entendidas não como consequência imediata de propostas pedagógicas, ou em resposta às necessidades, mas relacionadas

a condições objetivas e subjetivas do meio social em que acontecem ao grau de consciência que estes indivíduos têm sobre tais circunstâncias e ao efetivo poder de transformação de comportamentos valendo-se dessas conscientizações.

Costa (2002), consideram que a escassa orientação dirigida aos professores sobre como abordar esse tema não se resolve com currículos ou programas, mas com uma mudança de atitude e paradigmas por parte dos educadores em todas as disciplinas. Para Valladares (2002), a revolução tecnológica contemporânea interfere nas relações e no modo de produção do trabalho. Deste modo exigem-se mudanças nos processos de qualificação, que configuram capacidade para lidar com as novas demandas de trabalho.

“Na atualidade é fundamental que nós educadores tenham uma visão do conjunto do processo produtivo e também de seu local de trabalho, a escola. É preciso que desenvolvam habilidades e competências para dialogar e conviver com pessoas diferentes que compõe a sua comunidade e ambiente escolar, capacidade de conviver com outros, as capacidade de ver a realidade a partir do ponto de vista do/da outro/a.” (Professora E).

A autora acrescenta que talvez esta seja a parte mais rica da arte de educar. A sexualidade é uma experiência que perpassa de um mundo desconhecido eternizado por toda vida, o professor que se confronta com o tema, estará sofrendo cobranças psíquicas distintas daquelas que lhe são demandadas por outras disciplinas e necessitará de flexibilidade emocional para lidar com ela. Urge, entretanto lançar mão de recursos pedagógicos que ampliem a capacidade de atuação dos professores.

Observa-se que na escola o trabalho de sexualidade é realizado com ênfase no 5º ano, por ser uma turma que está na pré- adolescência, mas há uma necessidade deste conteúdo ser focado com o olhar da transversalidade e não apenas da disciplina de ciência. Percebe-se que nos depoimentos das educadoras o projeto de sexualidade está integrado não somente com a proposta da escola, mas também com os profissionais de saúde que sempre palestram a respeito da temática.

Neste sentido, no espaço estudado é reconhecido pelas educadoras que no campo da educação sexual as ações devam ser encaminhadas e elaboradas com envolvimento de diferentes atores, a realidade estudada manifesta um avanço por saber consolidar de fato a temática sexualidade com um modelo pedagógico reflexo e inclusivo.

“Na sala com os alunos cadeirantes, por exemplo, tratamos a autoestima, o conceito de beleza, as identidades sexuais como algo a ser valorizado, se estivessem um cego traria as informações em braile, para o surdo usaríamos a libras, e com os cadeirantes o que está em cheque é o conceito de beleza”. (Professora E).

De acordo com os PCN's as questões relativas à saúde e a educação estão presentes durante todo o crescimento humano de maneira expressiva, entendendo como importantes no



desenvolvimento biopsicossocial assim como na formação dos sujeitos sociais e políticos. As ações intersetoriais nesses campos têm mútuas repercussões, uma vez que a constituição de políticas públicas integradas é condição indispensável para atualizar e renovar, de forma permanente, os significados fundamentais da educação e da saúde. (BRASIL, 2006).

É preciso reconhecer que a sexualidade é um fenômeno plural, uma vez que seus contornos variam de acordo com a história de cada um. A família ocupa um espaço importante na estruturação do exercício da sexualidade, sobretudo nos primeiros anos de vida. A capacidade de lidar de modo saudável com a própria sexualidade e a do outro, tem como base as relações de afeto e contato corporal da infância. As atitudes e comportamentos dos pais, as relações de igualdade e desigualdade exercem influência nas relações e comportamentos dos filhos.

O fazer pedagógico deve considerar a diversidade cultural dos sujeitos (família, professores e funcionários), pois cada um traz consigo uma carga afetiva socialmente construída carregada de valores baseados nas suas histórias de vida. Enfim, a promessa de uma relação produtiva entre a escola e a família inclui ganhos para os estudantes e para a sociedade através da construção democrática a partir da base e do cotidiano.

## **Considerações Finais**

É imprescindível que, cada aluno com deficiência, com suas peculiaridades, diferenças e diversidades singulares, receba a atenção, os cuidados e o acompanhamento necessários, para que possa desenvolver suas potencialidades e capacidades. Deste modo, propõe-se que a educação sexual seja abordada nas salas de aula, de maneira problematizadora, reflexiva e que sejam (re) pensadas as “verdades”. Nessa direção, educadores e educandos teriam a possibilidade de desvendar outros universos distintos dos seus.

Portanto, a temática “educação sexual e deficiência” requer uma abordagem extensiva, inclusiva no sentido de construir uma rede integrada e interdisciplinar (órgãos, gestores, organizações civis, saúde, instituições de ensino superior) de modo sistemático e contínuo, favorecendo um reconhecimento do assunto pelas educadoras, almejando com isso a busca pela ética, pela cidadania e pelos direitos humanos e sociais.

Não há especificamente nos documentos oficiais a união sexualidade e deficiência, mas espera-se que as escolas juntamente com seu corpo docente dêem maior atenção ao tema, e estabeleçam estratégias que promovam e legitimem sua inclusão curricular. É importante que toda

comunidade escolar seja, devidamente preparada, para receber e conviver com os alunos especiais e seus pais, a fim de que o paradigma da inclusão seja, realmente, construído e consolidado. A escola regular precisa, em síntese, se tornar realmente, um lócus de troca, de interação, de convivência humana e solidária, promovendo, também, uma prática de ensino-aprendizagem que contemple a diversidade e a diferença.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE. n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Desporto. Lei 9.394 de 20/12/96. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei das diretrizes e bases da educação especial**. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: V. 8, 1997.

BRAGA, Andrea Vieira. **Identidade sexual e cultura escolar**: Uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. Revista Brasileira de Educação, nº 40, v.2 – 10 de outubro de 2006.

COSTA, Florêncio Mariano Júnior. **Educação inclusiva e orientação sexual**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília: V. 20, n 1, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. V. I e II. Rio de Janeiro: Edições Graal 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes educativos a prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. **Diferente, mas não desigual**. São Paulo: Gente, 1995.

GOMES, Romeu. **Análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: Teoria método e criatividade.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: Ed. UFBA, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) **Pesquisa social: Teoria método e criatividade.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.